

A curricularização da extensão como oportunidade para promoção da inovação social e inclusão social

Fabiana de Agapito Kangerski

Mestre em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Garopaba, SC, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/9613787301008355>

E-mail: fabiaagapito@gmail.com

Márcia Prim

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Docente da Faculdade de Tecnologia Aerotd, Florianópolis, SC, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7304844562625361>

E-mail: marciaaprim@gmail.com

Andreia de Bem Machado

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Florianópolis, SC, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7989672693830959>

E-mail: andreiadebem@gmail.com

Gertrudes Aparecida Dandolini

Doutora em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3098548295086867>

E-mail: ggtude@gmail.com

Data de publicação: 10/03/2022

RESUMO

As pesquisas, políticas e práticas referentes à inovação social cresceram rapidamente nas últimas décadas. Por meio dessa prática inovativa tem-se enfrentado desafios sociais complexos, como pobreza, desemprego, mudanças demográficas e climáticas. Dentro da educação superior brasileira, devido ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), a extensão ganhou status curricular e passa a ser compulsória a criação de pontes entre as instituições de ensino superior e a sociedade. Diante deste contexto, o objetivo desse artigo é mapear as relações entre inovação social e inclusão social para a curricularização da extensão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, cujo resultados demonstram a relação intrínseca entre inovação social e inclusão social e convergem para a compreensão de como a extensão na educação superior pode alcançar novos patamares, por meio da sua curricularização e se tornar um campo fértil para inovar socialmente e gerar a inclusão social.

Palavras-chaves: Inovação social. Inclusão social. Extensão universitária. Curricularização.

The extension curricularization as an opportunity to promote social innovation and social inclusion

ABSTRACT

Abstract: Research, policies, and practices on social innovation have grown rapidly in recent decades. Through this innovative practice, complex social challenges such as poverty, unemployment, and demographic and climate changes have been tackled. In the Brazilian higher education environment, due to the National Education Plan (2014-2024), extension has gained curricular status and the creation of bridges between higher education institutions and society becomes mandatory. Given this context, the objective of this article is to map the relationships between social innovation and social inclusion for the curricularization of extension. This is a qualitative and bibliographic research, whose results demonstrate the intrinsic relationship between social innovation and social inclusion and converge towards the understanding of how extension in higher education can reach new levels, through its curricularization, and become a fertile field for social innovation and social inclusion.

Keywords: Social innovation. Social inclusion. University extension. Curricularization.

La curricularización de la extensión como oportunidad para promover la innovación social y la inclusión social

RESUMEN

La investigación, las políticas y las prácticas sobre innovación social han crecido rápidamente en las últimas décadas. A través de esta práctica innovadora, se han abordado desafíos sociales complejos como la pobreza, el desempleo y los cambios demográficos y climáticos. En el ámbito de la educación superior brasileña, a partir del Plan Nacional de Educación (2014-2024), la extensión ganó estatus curricular y la creación de puentes entre las instituciones de educación superior y la sociedad se vuelve obligatoria. Ante este contexto, el objetivo de este artículo es mapear las relaciones entre innovación social e inclusión social para la curricularización de la extensión. Se trata de una investigación cualitativa y bibliográfica, cuyos resultados demuestran la relación intrínseca entre innovación social e inclusión social y convergen hacia la comprensión de cómo la extensión en la educación superior puede alcanzar nuevos niveles, a través de su curricularización, y convertirse en un campo fértil para la innovación social y social. inclusión.

Palabras clave: Innovación social. Inclusión social. extensión universitaria. Curricularización.

INTRODUÇÃO

Novos produtos, processos e modelos de negócios carregam a aplicação da inovação em uma escala sem precedentes, fazendo com que o termo esteja presente nas mais diversas áreas e segmentos da sociedade. A inovação social é um tema de pesquisa particularmente novo (MULGAN, 2006; BIGNETTI, 2011, BERNARDI; DIAMANTINI, 2018) e é definida como um conjunto de “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social” (MULGAN, 2006, p. 2).

O termo “social” aporta uma fluidez discursiva no significado, confirmando a natureza não material da inovação, incluindo valores, bem-estar, impacto social e fins socialmente desejáveis (CETINDAMAR, 2016). Várias organizações despontam no contexto da inovação social (BIGNETTI, 2011) e as instituições de ensino superior (IES) estão mencionadas neste contexto, como um campo fértil a esse fomento (CUNHA; BENNEWORTH, 2013).

Definida como o desenvolvimento e adoção de novas soluções para as necessidades sociais pela inclusão social, a inovação social tem sido até agora objeto de inúmeras pesquisas, abrangendo conceitos e estudos empíricos (DAWSON; DANIEL, 2010). Inovações sociais de várias formas foram provisoriamente destacadas, incluindo novos bens, serviços, métodos, práticas, formas organizacionais, estruturas sociais, entre outras configurações (LINDBERG; FORSBERG; KARLBERG, 2015). Podem ser citados alguns exemplos como: soluções inovadoras para a renovação socialmente inclusiva de bairros, para o envolvimento da comunidade na concepção e prestação de serviços públicos, para a integração no mercado de trabalho de doentes de longa duração e de desempregados. Os estudos existentes apontam a transição da exclusão social para a inclusão social no cerne da inovação social, onde a marginalização de certos grupos de pessoas em certas áreas da sociedade é transformada por meio de mudanças em vários setores da sociedade (CAJAIBA-SANTANA, 2013), entre eles centraremos nessa pesquisa o educacional, no que tange às IES e o papel da extensão.

A extensão se caracteriza como uma ponte de via dupla entre o ensino e a pesquisa com a sociedade, promovendo, por meio de suas atividades, uma interação transformadora (MEC, 2018), que amplia o espaço da práxis do conhecimento acadêmico e, ao mesmo tempo, gera novos conhecimentos e traz novas demandas por meio da relação dialógica.

O Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio de 2014-2024, especificamente por meio da meta número 12.7, abre as portas para que a extensão seja incluída nas grades curriculares dos cursos de graduação, por meio de um componente curricular a ser realizado na comunidade externa (BRASIL, 2014). Com essa política pública, as IES necessitam garantir que o mínimo de 10% do total de créditos do curso esteja voltado às atividades de extensão e envolvam integralmente todos os estudantes em ações de grande pertinência social (MEC, 2018).

Mais do que um preceito legal e normativo que precisa ser operacionalizado por todas as IES, a chamada “curricularização da extensão” abre espaço não somente para a prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas também para um novo olhar sobre a própria atividade de extensão, dos caminhos de formação do aluno e do papel da universidade na sociedade. Diante desse contexto, este trabalho abre a seguinte questão de pesquisa: quais as relações entre inovação social e inclusão social para curricularização da extensão universitária? A pesquisa será realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura (RIL) e análise documental.

A organização deste artigo apresenta quatro seções a seguir. A primeira trata de inovação social e inclusão social. Na sequência são expostos os procedimentos metodológicos. Na terceira seção apresenta-se e discute-se os resultados com o desfecho nas considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO: INOVAÇÃO SOCIAL PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL

Embora existam muitas publicações relacionadas às inovações no âmbito empresarial, especialmente as de caráter tecnológico, a IS ainda carece de pesquisas (PHILLIPS *et al.*, 2015), aprofundamento e inter-relações com outras práticas existentes (BERNARDI; DIAMANTINI, 2018). A profusão de conceitos e definições “favorece a percepção de que, tanto institucional quanto autoral, a Inovação Social ainda é um termo em plena construção” (AGUIAR, 2019, p. 49). O interesse pela IS aumentou nos últimos anos, especialmente a partir de 2010 (BIGNETTI, 2011; CETINDAMAR, 2016; BERNARDI; DIAMANTINI, 2018) em razão da percepção de falhas e fraquezas em um modelo de negócios cujo principal objetivo é a concentração de lucro. Adiciona-se também a isso as recessões e pressões sobre o setor público (PHILLIPS *et al.*, 2015) que não consegue atender de forma eficaz a todas as demandas sociais.

Uma inovação social pode ser um produto, um processo, uma nova tecnologia (MULGAN, 2006), uma nova legislação, um movimento social, uma intervenção ou uma combinação desses elementos (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Sua prática pode acontecer em diferentes tipos de organizações, desde instituições sem finalidades lucrativas, até os modelos de negócios híbridos que acomodam o interesse econômico conjugado com o desejo de cumprir uma missão social (PHILLIPS *et al.*, 2015).

Independentemente do contexto em que emergem as inovações sociais, existem características que as qualificam, dentre as principais, destacam-se: a) atender a demanda social de grupos mais vulneráveis, negligenciados pelo mercado ou pela administração pública; b) o desafio para a sociedade, que aborda os desafios sociais emergentes estabelecendo uma fronteira entre o “social” e o “econômico”; c) mudanças sistêmicas, que enfatizam a necessidade de se repensar a sociedade em que processos mais participativos e inclusivos se fazem necessários; d) soluções inovadoras, esperam-se mudanças de atitudes e valores gerais em estratégias e políticas, em estruturas e processos organizacionais, em métodos e formas de trabalho, na distribuição de responsabilidades e tarefas e, finalmente, nas ligações entre os diferentes tipos de atores e e) o valor acentuado às interações entre os atores, como forma de redes de colaboração, compartilhamento de conhecimento e aprendizado mútuo e sustentabilidade (PRIM; ZANDAVALLI; DANDOLINI, 2019).

As IS geralmente acontecem nas interfaces estabelecidas entre os diferentes atores da sociedade (ANDERSON; DOMANSKI; HOWALDT, 2018; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Nesse aspecto, observa-se que as universidades podem ter um importante papel como agregadoras e difusoras desse tipo de inovação. Esse papel relaciona-se às suas capacidades para contribuir com processos de mudança e desenvolvimento social de caráter mais amplo (CUNHA; BENNEWORTH, 2013), indo além da transferência de conhecimentos voltados ao desenvolvimento econômico.

Neste escopo, faz-se pertinente também comentar sobre a transposição do conceito de “universidade empreendedora”, segundo o modelo de Tríplice Hélice (TH) de Etzkowitz e Leydesdorff (1996) – que representa as interações entre universidade-indústria-governo, consideradas mecanismos essenciais para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, com base no conhecimento (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017) – para o modelo de inovação de quádrupla e quádrupla hélices, apresentado por Carayannis e Campbell (2009) e que enfatiza orientações de colaboração e cocriação dinâmicas entre as partes, transpondo a interação competitiva. A quarta hélice traz a sociedade civil como o centro do modelo, e a quinta hélice, por sua vez, integra a perspectiva do desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância do meio ambiente e da sociedade (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2009). A sociedade é percebida tanto como usuária da inovação, impulsionando seus processos, como cocriadora e desenvolvedora (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2009; MINEIRO *et al.*, 2018).

As inovações sociais podem, portanto, ser distinguidas como aquelas soluções que tem o propósito melhorar a inclusão social (MOULAERT *et al.* 2005), com base na marginalização experimentada de certos grupos de pessoas em áreas específicas da sociedade, como o mercado de trabalho, educação e serviços de saúde atrelada a estimativa da mudança social desejada pode ser justificada em relação ao contexto específico.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de um estudo exploratório e descritivo concretizado por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que ocorreu por meio de busca sistemática na base de dados Web of Science, Scopus e Scielo, seguido de um estudo documental na legislação brasileira referente à curricularização da extensão.

Em uma primeira etapa, levantou-se o referencial teórico para tratar de inovação social e inclusão social, buscando-se elucidar os principais aspectos temáticos.

Para a busca sistemática, seguida de uma revisão integrativa da literatura (RIL), utilizou-se os cinco passos de Machado et al (2019), sendo estes: i) formulação do problema; ii) definição das fontes de pesquisa; iii) seleção dos artigos e iv) avaliação da seleção e v) processo de síntese com análise qualitativa e narrativa.

A primeira fase da RIL, formulação de pesquisa do problema, definiu-se a seguinte pergunta: quais as relações entre inovação social e inclusão social para curricularização da extensão?

Na segunda fase, definição das fontes de pesquisa, optou-se pelo banco de dados eletrônico Web of Science e Scopus considerados relevantes devido ao número de resumos e referências indexados e com revisão por pares, bem como seus impactos na área acadêmica no âmbito interdisciplinar, qual é a área de estudo desta pesquisa. Incluiu-se também a base de dados Scielo pela oportunidade de retornar pesquisas brasileiras. A busca foi realizada em dezembro de 2021.

Considerando a questão do problema, a terceira fase - seleção de artigos, delimitou-se os termos e expressões, sendo: “*social innovation*” and “*higher education or university*” and “*social inclusion*”, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Dados bibliométricos gerais obtidos na base de dados web of Science

Itens	Resultados
Termos de busca	“ <i>social innovation</i> ” and “ <i>higher education or universit*</i> ” and “ <i>social inclusion</i> ”
Campos de busca	título, resumo e palavras-chaves
Total de artigos recuperados	16
Scielo	2
Scopus	5
Web of Science	9
Artigos duplicados	1
Artigos eliminados após leitura do resumo e palavras-chaves	9
Artigos pertinentes sem acesso integral	4
Artigos pertinentes e com acesso integral	2
Artigo acrescentado	1
Total final de artigos da RIL	3

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão: artigos de revista ou de congresso, presença dos descritores no título, resumo ou palavras-chave, sem restrição temporal e com acesso livre. Como critérios de exclusão restam estabelecidos: obras como livros e notas; artigos sem acesso livre e artigos sem relação com o escopo desta pesquisa.

Na quarta fase, avaliação da seleção, com base nos critérios previamente definidos, totalizou-se 16 trabalhos indexados que foram encaminhados para leitura de título, resumo e palavras-chaves. Um total de 9 artigos não apresentavam relação com o problema de pesquisa e foram eliminados. Ainda houve a exclusão de um artigo duplicado.

Na quinta fase da RIL, processo de síntese, para a leitura completa foram encaminhados 6 artigos, dos quais 2 estavam com acesso aberto. Dois deles foram incluídos no portfólio e, um terceiro, foi acrescentado por ter sido utilizado como referência nos outros trabalhos. A análise dos artigos concentrou-se em identificar o contexto do estudo, a situação de vulnerabilidade ou de exclusão abordada e a relação entre inovação social e inclusão social atrelada às IES.

Paralelamente, efetuou-se uma pesquisa documental ancorada em resoluções, leis e decretos referentes à curricularização da extensão universitária, resultando em mais seis documentos adicionados ao estudo. Na análise dos dados, por meio de uma triangulação, confrontaram-se o referencial teórico, os resultados da RIL e a pesquisa documental para serem observados os pontos de encontros, as inter-relações e as lacunas para tornar a curricularização da extensão um campo fértil para a inovação social e a inclusão social.

Os resultados da RIL e da pesquisa documental estão descritos a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, segmentado em três fases: i) os resultados da RIL; ii) a análise documental referente à curricularização da extensão no contexto brasileiro e a iii) inter-relação entre os três constructos deste estudo: inovação social, inclusão social e curricularização da extensão.

Os três artigos selecionados, conforme Quadro 2, foram escritos entre os anos 2013 e 2015. O primeiro estudo selecionado (CAZINI; FRASSON, 2013) trata-se de um caso brasileiro de extensão que retrata a experiência da Universidade Tecnológica do Paraná com o projeto Vozes, desenvolvido em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Cegos e com foco na inclusão digital de deficientes visuais. De acordo com os autores, a inovação social, que consistiu na oferta de um curso de informática com tecnologias assistidas, representou uma solução de inclusão social, repercutindo na melhoria da qualidade de vida deste público, auxiliando-os também na inserção no mercado de trabalho.

Quadro 2 – Síntese da RIL

Ano	Autores	Título	Objetivo
2013	Cazini J., Frasson A.C.	Voices project: Technological innovations in social inclusion of people with visual impairment	Estudar como as inovações tecnológicas contribuem para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.
2015	Parthasarathy B., Dey S., Gupta P.	Overcoming wicked problems and institutional voids for social innovation: University-NGO partnerships in the Global South. Technological Forecasting and Social Change	Analisar a incubação da Organização Não-Governamental Vision Empower e a parceria com uma universidade para superar a negligência com a deficiência visual para a educação científica e matemática.
2015	Arocena, R., Goransson, B., Sutz, J.	Knowledge policies and universities in developing countries: inclusive development and the "developmental university"	Relaciona as abordagens de desenvolvimento com a teoria dos sistemas de inovação e as questões de inclusão social.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O artigo de Parthasarathy, Dey e Gupta (2015), de maneira análoga ao estudo de Cazini e Frasson (2013), aborda a deficiência visual. Os autores estudam a natureza perversa da deficiência visual, no contexto da Índia, onde políticas para a população dos deficientes visuais e cegos (DVC) estão sendo formuladas dentro de uma estrutura mais ampla de inclusão social. Há uma defesa a respeito da importância das parcerias das IES com Organizações Não-Governamentais (ONG) visando a inovação social. Este argumento dos autores tem base em Arocena et al. (p. 15, 2015), que defendem que as universidades devem ser, especialmente no Sul Global, “desenvolvimentistas”, ou seja, devem reconhecer e corrigir a “desigualdade por meio do conhecimento”, ou a desigualdade que “está embutida na interação entre políticas de conhecimento e estruturas sociais e econômica”. Parthasarathy, Dey e Gupta (2021) argumentam que a operacionalização de uma agenda de pesquisa de desenvolvimento não pode ser realizada unilateralmente pela universidade, mas deve ser coproduzida com diversos atores públicos, respaldados por políticas públicas. Destacam ainda a coprodução da agenda democrática de pesquisa centrada em torno das ONGs.

Na sequência, por meio do estudo de caso, Parthasarathy, Dey e Gupta (2021) identificam condições estruturais para apoiar a inovação social e a inclusão social, onde citam: a) políticas estaduais de apoio a parcerias, e fluxos de conhecimento e recursos em toda a sociedade, para estimular a inovação a promover a inclusão, como políticas de ciência e tecnologia de incentivo ao empreendedorismo e à inovação que destaquem a importância das ligações entre os diferentes setores da economia, incluindo universidades; e política econômica, que envidem esforços para serem socialmente inclusivas; e b) norma sociais que eliminem os preconceitos e estereótipos sociais e psicológicos, pois mesmo aqueles DVC que superaram os obstáculos da educação ainda enfrentam as barreiras da discriminação quando buscam por empregos.

Os autores concluem que o caso estudado aponta como as parcerias entre universidade e ONG podem aproveitar a estrutura institucional para coproduzir os meios para resolver um problema perverso e colocar em movimento um ciclo virtuoso de inovação social.

O artigo de Arocena, Goransson e Sutz (2015) tece uma relação das abordagens de desenvolvimento com a teoria dos sistemas de inovação e inclusão social. Há uma crítica declarada dos autores quanto às políticas de conhecimento estabelecidas, que apenas reforçam as diferenças e não neutralizam as desigualdades no acesso e uso do conhecimento. Para estes autores o conhecimento - como principal riqueza da sociedade, necessita ser democratizado para desenvolver políticas inclusivas. Arocena, Goransson e Sutz (2015) abordam o termo “universidade desenvolvimentista” que se caracteriza por incluir em sua agenda de pesquisa problemas cujas soluções podem colaborar à democratização do conhecimento, interligando o sistema de inovação à inclusão social. Entre os desafios para se atingir este patamar está a estrutura de incentivos acadêmicos que privilegia as atividades de transferência de tecnologia de cunho mais comercial, penalizando a terceira missão ou atividades de extensão que conduzam à inovação social. As IES devem estar atentas às demandas da população, o que vai além dos laços estabelecidos com as indústrias para criação e transferência de tecnologia para atender outros segmentos da população que são marginalizados e com demandas ainda não articuladas por inovação.

Na seção a seguir será apresentada a análise documental referente à curricularização da extensão no Brasil.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

As universidades têm a missão de gerar e difundir conhecimentos ancoradas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Nessa tríade, a extensão universitária é definida como um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p. 1). Entretanto, na história da extensão, a mesma surgiu como uma terceira função das universidades, posteriormente à consolidação e legitimação das outras duas: ensino (primeira) e pesquisa (segunda) (GONÇALVES, 2015).

As primeiras práticas de atividades de extensão universitária no Brasil, de acordo com o FORPROEX (2012) coincidem praticamente com a criação do ensino superior, no início do século XX. O primeiro registro oficial acerca da extensão universitária aparece no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei n. 19.851 de 1931 (FORPROEX, 2006). Nesta fase a extensão é marcada pela oferta de cursos, conferências ou assistência técnica rural (FORPROEX, 2006). Percebe-se nestas práticas a predominância de um modelo botow-down, com distanciamento da comunidade, que apenas recebe os conhecimentos advindos da universidade, detentora do conhecimento produzido pelo ensino e pesquisa.

A partir da década de 60, sob a iniciativa dos movimentos estudantis, ações voltadas à população carente passaram a ser realizadas, porém ainda de forma esporádica, pontual e de cunho predominantemente assistencialista (FORPROEX, 2006). A extensão até este momento ainda estava desvinculada dos processos pedagógicos e não havia uma política nacional vinculada.

Em um terceiro momento, com a instalação do governo militar em 1964, tais experiências são interrompidas e é criado o projeto Rondon, com o objetivo de colocar os estudantes a serviço do Estado (FORPROEX, 2006). De acordo com o Forproex (2006) as Universidades apenas participavam do projeto do governo, porém sem exercer seu papel criativo e problematizador de questões político-sociais, o que causou manifestações contra-hegemônicas. Surgiram também nessa mesma época os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (FORPROEX, 2006).

A promulgação da Lei de Reforma Universitária n. 5.540 de 1968 trouxe uma resposta às manifestações por reformas na base (FORPROEX, 2012), fase esta que a extensão universitária é oficialmente instituída. No artigo 20 da nova Lei “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. E o artigo 40 trata especificamente da atividade de extensão quando informa que “estas atividades proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento.”

Na análise de Moraes e Silveira (2011) este excerto da lei confirma ainda uma percepção da universidade enquanto solucionadora dos problemas da comunidade, cabendo a esta última um papel de receptora de soluções. A extensão era tratada como um laboratório de ações propositivas da universidade, a partir da aplicação dos resultados das investigações produzidas no seu interior.

A partir da década de 80, o papel social das universidades e a concepção da extensão é revisto com aprofundamento sobre sua institucionalização e fortalecimento, já vislumbrando a implementação de uma Política de Extensão Universitária (FORPROEX, 2006). Em 1987, surge o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), considerado um marco importante na redefinição e institucionalização da extensão universitária brasileira (FORPROEX, 2012).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal o artigo 247 estabelece “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). É assegurada também na Constituição a possibilidade de obtenção de recursos para o financiamento da pesquisa, extensão e inovação, por meio do artigo 213, § 2º. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394 de 1999, traz em seu artigo 43 inciso VII a necessidade de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

Atualmente, o novo Plano Nacional de Educação 2020-2024 (BRASIL, 2014) traz a curricularização da extensão como uma medida de política da educação que torna obrigatória a inclusão de atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação. É preciso assegurar, nas matrizes curriculares dos cursos superiores, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária que tenham relevância social (BRASIL, 2014). Com tal medida, a extensão ganha espaço obrigatório na graduação e passa a ser conceituada pela Resolução do MEC n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, como uma

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MEC, 2018, p. 2).

Tais atividades devem envolver diretamente a comunidade externa à universidade e vincular-se à formação do estudante, na forma de componentes curriculares (MEC, 2018). Sua prática pode ocorrer por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, podendo também incluir, eventualmente, programas do governo que atendam políticas em âmbito municipal, estadual e nacional (MEC, 2018).

A Resolução n.º 7 de 2018 do MEC (2018) apresenta diretrizes para a concepção e a prática das atividades de extensão na educação superior, que deverão estar pautadas em: a) interação dialógica da comunidade, por meio da troca de conhecimentos, permitindo o contato do estudante com questões complexas do contexto social; b) formação cidadã e integral do estudante, marcada pela vivência dos seus conhecimentos; c) produção de mudanças nas universidades e demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação dos conhecimentos; e d) articulação entre ensino, extensão, pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico.

É importante esclarecer que o Plano Nacional de Educação do decênio 2001-2010 já preconizava a realização de 10% de atividades de extensão na grade curricular. Entretanto, segundo o FORPROEX (2012), muitos limites foram encontrados para a aplicação da norma, entre eles: o conservadorismo universitário; a falta de recursos financeiros e organizacionais; a dificuldade de normatizar e implantar a creditação curricular em ações de extensão; a não pontuação da extensão nos currículos docentes para ascensões funcionais e a definição da alocação dessas atividades para os docentes.

Gonçalves (2015), ao analisar a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, confirma que os espaços conquistados atualmente pela extensão universitária são atividades formativas reconhecidas. Entretanto, segundo o autor, isso não indica que, no âmbito interno administrativo, isso se configure como um diálogo já estabelecido com o ensino e a pesquisa. Portanto, é preciso avançar na prática da extensão como um princípio filosófico, político e metodológico que permeia o ensino e a pesquisa (GONÇALVES, 2015). Isto coaduna com a percepção do FORPROEX (1987) de que a extensão deve ser um “processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, tornando-se parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica.”

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO, INCLUSÃO SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL: PONTOS DE ENCONTROS E NOVOS DESAFIOS

A inclusão social visa o acesso aos benefícios de bens e serviços a públicos excluídos ou marginalizados pelas questões de preconceito, gênero, nacionalidade, deficiência e idade. A inovação social traz intrínseco ao seu próprio conceito a fluidez do seu propósito principal que almeja um bem maior à sociedade. Sua ação também visa contemplar demandas sociais de grupos mais vulneráveis, muitas vezes deixados em segundo plano pelo mercado ou políticas públicas. A curricularização da extensão, por sua vez, traz a possibilidade de diferentes áreas das IES transbordarem seus conhecimentos à sociedade. Isto requer, conforme Parthasarathy, Dey e Gupta (2021), que processos unilaterais de estabelecimento de soluções cedam espaço à co-construção com atuação de diversos atores e suporte de políticas públicas. Exige também uma postura de “universidade desenvolvimentista” abordada por Arocena, Göransson e Sutz (2015).

Elliott (2013) afirma que, da mesma forma que a inovação tecnológica pode gerar crescimento e desenvolvimento econômico, as universidades também são importantes na construção de capital e na melhoria das condições de vida. Para a autora, a abordagem da inovação social no ensino superior estimula e sustenta a diversidade, a inclusão e a cidadania e a comunidade pode ser percebida como local de aprendizagem e de construção de conhecimentos e parcerias, condições essas importantes para conectar a dimensão social da universidade com os aspectos de desenvolvimento sustentável (ELLIOTT, 2013).

As IES são importantes centros de disseminação e (re)construção dos conhecimentos, que poderiam ser utilizados para mitigar as barreiras às práticas de inovação social, sendo que a especialização técnica poderia ser aplicada neste campo para: a) romper as barreiras com a comunidade; b) explorar os conhecimentos tácitos e explícitos; e c) fornecer pesquisa e desenvolvimento com avaliação empírica de sua eficácia, para obter melhor compreensão dos processos de inovação social em escala (ANDERSON; DOMANSKI; HOWALDT, 2018).

Como uma plataforma dinâmica que integra diversas áreas do conhecimento, as universidades têm um potencial para conectar diferentes saberes, atores, setores empresariais e culturas, o que pode abrir um campo fértil à criação de soluções voltadas à inclusão social. Além disso, esses ambientes são dotados de recursos, conhecimentos e bens capazes de dar suporte para modelos de desenvolvimento que vão além da esfera empresarial (CUNHA; BENNEWORTH, 2013).

Ao discutir o tema inovação social, processos de inclusão social com a extensão universitária, pode-se dizer que não existe desenvolvimento dos mesmos sem interação com a sociedade. Como resultado das análises feitas entre os três constructos, encontra-se um importante ponto de encontro: a sociedade, seus atores e suas necessidades. O campo da extensão universitária é a sociedade, não sob uma perspectiva hegemônica de “fazer para”, mas sobretudo de modo transdisciplinar para “fazer com”, em que há uma construção coletiva, troca de saberes e aprendizados mútuos com o envolvimento de múltiplos atores. Valoriza-se, assim, o diálogo entre a sociedade, seus atores e suas necessidades de maneira integrada (MORAES; SILVEIRA, 2011).

O (re)conhecimento dos atores partícipes do ecossistema das IES e as diversas situações de vulnerabilidades existentes é um ponto inicial importante para o desenvolvimento de processos mais inclusivos por meio da inovação social. A curricularização da extensão pode favorecer este cenário. Nesse âmbito, o modelo de inovação de quádrupla e quádrupla hélices de Carayannis e Campbell (2009) constitui-se como um referencial a ser considerado no processo por trazer a sociedade civil como ponto central da inovação e com o papel de construtora ativa. Na concepção da extensão no sentido institucional, e não somente em sua curricularização, a comunidade deve ganhar um status mais ativo. Portanto, identificar o contexto, suas demandas, seus atores e suas inter-relações e integrá-los à construção de soluções coletivas, constituem-se como ações basilares para sua promoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da extensão no currículo dos cursos superiores é um aceno legal da necessidade de maior interação das IES com a comunidade. O estudo realizado aponta que o principal ponto de encontro entre a inovação social, a inclusão social e a extensão é a sociedade e suas demandas. Desta forma, a curricularização da extensão pode se tornar um efetivo espaço de práxis, formação profissional conectada com os desafios de inclusão social e, também, de desenvolvimento e experimentações de soluções voltadas à inovação social e a inserção de públicos excluídos e desintegrados do sistema de inovação.

A evolução histórica da extensão universitária e do seu aparato legal no Brasil demonstra o esforço para que esta atividade não esteja em segundo plano nas estratégias de ação educativas do ensino superior e também para que a mesma transcenda o assistencialismo. A triangulação dos dados coletados evidenciou a indispensabilidade de maior diálogo das IES com os atores do seu ecossistema, para o entendimento de necessidades, fragilidades e desenvolvimento colaborativo de inovação social e da almejada inclusão social. Expôs também o desafio da efetivação do princípio da indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa, por serem estes elementos interdependentes. Tal interatividade é também necessária à criação e difusão da inovação social por parte das IES.

Como um assunto novo e carente de aprofundamento, fica o desafio de um entendimento mais profundo tanto do conceito, quanto da prática da inovação social no ambiente de ensino superior. Esta pesquisa se encerra, portanto, com a sugestão da continuidade dos estudos empíricos voltados à prática de inovação social para inclusão social associada à curricularização da extensão universitária. Sinaliza-se também a necessidade do estudo de modelos de implantação da curricularização da extensão no contexto brasileiro verificando-se como essas experiências se conectaram com o ensino e a pesquisa e os frutos de sua decorrência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. R. S. *Modelo teórico de cultura para inovação social nas organizações*. 2019. 205 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2019.

ANDERSON, M. M.; DOMANSKI, D. J.; HOWALDT, J. Social innovation as a chance and a challenge for higher education institutions. In: HOWALDT, J.; KALETKA, C.; SCHRÖDER, A.; ZIMGIEBL, M. (ORG.). *Atlas of social innovation: new practices for a better future*. Germany: The Si-Drive, 2018. p. 50-53.

AROCENA, R.; GÖRANSSON, B.; SUTZ, J.. Knowledge policies and universities in developing countries: Inclusive development and the “developmental university”. *Technology in society*, v. 41, p. 10-20, 2015.

BERNARDI, M.; DIAMANTINI, D. Shaping the sharing city: an exploratory study on Seoul and Milan. *Journal of Cleaner Production*, v. 203, p. 30-42, 2018.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 3 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 out. 2019.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation, moving the field forward: a conceptual framework. *Technological forecasting and social change*, v. 82, p. 42-51, 2014.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. Mode 3 and quadruple helix: toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, v. 46, n. 3-4, p. 201-234, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240295704_%27Mode_3%27_and_%27Quadruple_Helix%27_Toward_a_21st_century_fractal_innovation_ecosystem. Acesso on: 1st Oct. 2019.

CAZINI, J.; FRASSON, A. C. Voices project: Technological innovations in social inclusion of people with visual impairment. *Journal of technology management & innovation*, v. 8, p. 13-13, 2013.

CETINDAMAR, D. A new role for universities: technology transfer for social innovations. In: PORTLAND INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT OF ENGINEERING AND TECHNOLOGY: Technology Management for Social Innovation. *Anais [...]*. Honolulu: 2016. p. 290-295. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7806591>. Access on: 1st Oct. 2019.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities contributions to social innovation: towards a theoretical framework. In: EURA CONFERENCE: cities as seedbeds for innovation. *Anais [...]*. Enschede: 2013, p. 1-31. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/25957>. Access on: 1st Oct. 2019.

DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. *Journal International de la Gestion Technologique [International Journal of Technology Management]*, v. 51, n. 1, p. 9, 2010.

ELLIOTT, G. Character and impact of social innovation in higher education. *International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning*, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2013. Disponível em: https://eprints.worc.ac.uk/2187/2/Social_innovation__Revised__Nov_13_2012_Rex_GE_revisions_121118_clean.pdf. Access on: 3 Oct. 2019.

ETZKOWITZ, H.; ZHO, C. Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo (2017). *Revista Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, p. 1-26, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023. Access on: 3 Oct. 2019.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1987.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012, maio). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, maio 2012.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. *Revista Perspectiva*. v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/37162/pdfa>. Acesso em: 1º out. 2019.

LINDBERG, M.; FORSBERG, L.; KARLBERG, H. Gendered social innovation: a theoretical lens for analysing structural transformation in organisations and society. *International Journal of Social Entrepreneurship and Innovation*, v. 3, n. 6, p. 472, 2015.

MACHADO, A. DE B. *et al.* Impacts of the integration of chinese managers in the western economies the case of Brazil. *Transnational Corporation Review*, v. 12, n. 3, p. 319–328, 2020.

MEC. Ministério da Educação. *Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 out. 2019.

MINEIRO, A. A. *et al.* Da hélice tríplice a quintupla: uma revisão sistemática. *Revista Economia e Gestão da PUC Minas*, v. 18, n. 51, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/17645>. Acesso em: 19 out. 2019.

MORAES, W. B.; SILVEIRA, H. E. Extensão na formação profissional: desafios e possibilidades. *In: FÓRUM NACIONAL DE REITORES DE GRADUAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DA GRADUAÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS 2010/2011*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban Studies*, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. The process of social innovation. *Innovations*, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. *Revista Ciência em Extensão*, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225. Acesso em: 19 out. 2019.

PARTHASARATHY, B.; DEY, S.; GUPTA, P. Overcoming wicked problems and institutional voids for social innovation: University-NGO partnerships in the Global South. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 173, p. 121104, 2021.

PHILLIPS, W. *et al.* Social Innovation and social entrepreneurship: a systematic review. *Group Organ Manage*, v. 40, n. 3, p. 428-461, 2015.

PHILLS JR., J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*. 2008.

PRIM, M. A.; ZANDAVALLI, C.; DANDOLINI, G. Elementos essenciais para a dinâmica da inovação social. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO, IX, 2019, Porto Alegre. Anais [...]*. Porto Alegre, 2019.